

| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
|--|--|--------|---------|
| O POUSO DA ÁGUIA OU O DECOLAR DO DRAGÃO? O turbulento processo de declínio e ascensão de potências hegemônicas | | | |
| AUTOR | INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO) | Sigla | Vínculo |
| Victor Carneiro Corrêa Vieira | Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro | IUPERJ | Mestre |
| RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>Quando desenvolvido por Gramsci, o conceito de hegemonia referia-se ao binômio consenso-coerção utilizado por uma classe social para moldar o Estado e a sociedade civil de acordo com seus interesses. Essa disputa de forças políticas e ideológicas travada no interior de cada Estado transborda para as relações internacionais, onde se constitui uma hegemonia mundial. Este artigo pretende estudar a forma como o poder hegemônico se traduz no sistema internacional, utilizando-se das estratégias de coerção e consenso, assim como a forma como as forças contra-hegemônicas atuam, em especial no período pós-11 de setembro de 2001. Para realizar este trabalho, será feita uma revisão bibliográfica da Teoria Crítica das Relações Internacionais, em especial dos escritos de Robert Cox, assim como uma análise da ampliação do poder relativo da China a partir de sua inserção internacional.</p> | | | |
| PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3) | | | |
| Hegemonia, Estados Unidos da América, China | | | |
| ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS) | | | |
| <p>When developed by Gramsci, the concept of hegemony referred to the consensus-coercion binomial used by one social class to shape the state and civil society in accordance with their interests. This dispute of political and ideological forces fought within each State spills over into international relations, where a world hegemony is formed. This paper intends to study how the hegemonic power is reflected in the international system, using the strategies of coercion and consensus, as well as how the counter-hegemonic forces act, especially in the post-September 11 2001. This work will include a literature review of the Critical Theory of International Relations, in particular the writings of Robert Cox, and an analysis of the expansion of China's relative power after its international insertion.</p> | | | |
| KEYWORDS (ATÉ 3) | | | |
| Hegemony, United States of America, China | | | |
| EIXO TEMÁTICO | | | |
| 3. Poder, Estado e luta de classes | | | |

O POUSO DA ÁGUIA OU O DECOLAR DO DRAGÃO?

O turbulento processo de declínio e ascensão de potências hegemônicas

Victor Carneiro Corrêa Vieira

Faz um tempo que o “declínio do Ocidente” é anunciado na academia, a qual apresenta um misto de curiosidade, ansiedade e receio (ou satisfação) diante desta perspectiva. Ainda que caiba dúvida quanto à concretização desse processo de queda do Oeste, o movimento de ascensão do Leste, neste início do século XXI, parece inquestionável. O impressionante crescimento do Japão e dos Tigres Asiáticos ao longo das décadas de 1980 e 1990 já indicava o movimento que viria a deslocar a dinâmica comercial do mundo do Atlântico para o Pacífico, fazendo com que diversos países das Américas passassem a assumir sua vocação “pacífica” após anos voltando-se para a Europa.

Foi com essa intenção que os Estados Unidos cunharam a expressão “Ásia-Pacífico” em oposição à recorrentemente utilizada pela China de “Ásia Oriental”, de modo a incluir a si e aos seus aliados americanos em um conceito amplificado para o continente que hoje sustenta o crescimento econômico internacional. Entretanto, é possível ir além, não limitando a ascensão apenas ao Leste, mas ampliando-a para aquilo que Fareed Zakaria (2008) chamaria de “ascensão do Resto”, sinalizando claramente para uma redução do poder relativo dos Estados Unidos.

Diante desse cenário é possível observar dois movimentos no sistema internacional, um emanado da atual potência hegemônica para a manutenção da sua condição e outro por parte das potências emergentes, dentre as quais destaca-se a China, para reformular o sistema de modo a acomodar a nova distribuição do poder entre seus atores. Em outras palavras, pretende-se analisar a forma como as estratégias de consenso e coerção são operadas pelos Estados Unidos para manter sua posição no sistema internacional, assim como observar a atuação contra-hegemônica no contexto posterior aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Para realizar essa tarefa, será utilizada a Teoria Crítica das Relações Internacionais fundada na obra de Antônio Gramsci e na Escola de Frankfurt, em especial o trabalho de Robert Cox.

Essa corrente teórica surge em oposição à dualidade realismo-liberalismo, que limitava-se a solucionar problemas que impactassem no funcionamento do sistema em suas análises, assumindo a realidade como natural e sendo incapaz de questioná-la ao ponto de concluir que a própria ordem fosse a responsável pelos problemas observados. É por ter

consciência da limitação da teoria em seu tempo e sua realidade que Robert Cox afirma que “Não existe tal coisa como uma teoria em si mesma, divorciada de um ponto de vista no tempo e espaço. Quando uma teoria representa a si mesma, o mais importante é examiná-la como ideologia, e desnudar a sua perspectiva oculta” (1981, p. 128 - tradução nossa).

Assim, Cox posiciona-se contrário ao positivismo, negando a possibilidade de observar a política internacional de forma neutra, desvinculada de valores ao pretender aproximar-se das ciências exatas e denunciando a ideologia inerente a qualquer teoria, mesmo que esta apresente-se sob a pretensão de imparcialidade. A compreensão da teoria apresenta-se de forma essencial para analisar os movimentos que se deseja observar, por isso, esse será o ponto de partida deste artigo de modo a construir uma base conceitual capaz de realizar uma análise crítica do sistema internacional.

1. DE FRANKFURT E SARDENHA PARA O SISTEMA INTERNACIONAL

O início da década de 1990 trouxe consigo a avassaladora sensação de que a história havia chegado ao seu ponto derradeiro, não haveria novas linhas a serem escritas e o sistema capitalista havia sido imposto ao mundo como única forma de sucesso. O livre mercado e a democracia liberal ocidental deveriam ser adotados por todos os países a partir da queda da União Soviética, ou ao menos foi isso que Francis Fukuyama (1992) decretou ao declamar “o fim da história”. Essa conclusão, ainda que pareça simplória observada à distância do tempo, remete a uma tradicional corrente metodológica que baseia a maior parte das teorias vigentes ainda hoje nas ciências sociais.

A história das teorias tradicionais esteve intrinsecamente associada ao avanço das “ciências naturais”. O desejo por aproximar-se da exatidão da física e da matemática levou Descartes a fundar o método científico moderno, segundo o qual o mundo poderia ser compreendido através de equações matemáticas, transportando o método dedutivo para as ciências sociais. Dessa forma, ao observar a conjuntura internacional seria possível deduzir que com a eliminação concorrente à potência hegemônica, o sistema retornaria a um padrão de estabilidade, tendo em vista que o “problema” havia sido solucionado.

O que se observa é que a pretensão de explicar a realidade por meio de deduções ocasiona uma manipulação do objeto de estudo para que o seu resultado coincida com o esperado pela hipótese. Desse modo, a teoria revela-se incapaz de vislumbrar que as estruturas sociais de um determinado tempo histórico são fruto da ação humana e, portanto, ao pretenderem-se objetivas e neutras, as teorias tradicionais resultavam parciais. A crítica a essa

teoria tradicional ganharia visibilidade a partir da criação do Instituto de Pesquisa Social, em 1923, vinculado à Universidade de Frankfurt e cujo objetivo era o de promover pesquisas em diversas áreas de conhecimento tendo por base a obra de Karl Marx (1818-1883).

A Teoria Crítica, conforme nomeou Max Horkheimer (1895-1973) em seu artigo intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, de 1937, não poderia limitar-se a descrever a realidade da forma como ela está apresentada, delegando à prática a capacidade de questioná-la. A partir de uma análise que abarque o “ser” e o “dever ser”, a crítica torna-se capaz de compreender o objeto de pesquisa como um todo, tomando consciência de suas potencialidades e dos obstáculos que impedem a sua concretização. Parte, portanto, do pressuposto de que toda a sociedade deriva de uma construção humana e que a superação de seus entraves depende unicamente da adoção de um comportamento crítico (HORKHEIMER, 1975).

Dessa forma, surge do Instituto de Pesquisa Social uma nova corrente teórica caracterizada por uma pluralidade de abordagem entre seus expoentes, pautando-se pela crítica ao positivismo, com o princípio de que todo pensamento possui uma temporalidade e uma ideologia e de que a Teoria Crítica deveria servir para a emancipação do pensamento da ideologia, em termo gramsciano, hegemônica. Essa corrente viria posteriormente a receber a designação de Escola de Frankfurt e a exercer forte influência nas ciências sociais. A teoria das Relações Internacionais também passaria a contar com um grupo de pensadores que adotariam os princípios críticos em suas análises.

Ainda que Antonio Gramsci (1891-1937) não tenha sido conhecido, ou citado, pelos fundadores do Instituto de Pesquisa Social, seus escritos produzidos no cárcere do regime fascista italiano exerceriam uma grande influência na obra de um dos principais autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais, Robert Cox (1926-hoje). A principal contribuição gramsciana à teoria das Relações Internacionais foi a sua conceituação de hegemonia para abranger as estratégias de coerção e consenso utilizados por uma classe dominante para influenciar e adequar o Estado e a sociedade civil aos seus interesses.

A partir da análise dos escritos de Gramsci e de autores da Teoria Crítica das Relações Internacionais, é possível fazer uma correlação de como conceitos elaborados pelo primeiro possibilitaram uma maior compreensão das relações entre Estados, superando a limitação das teorias positivistas tradicionais. A seguir serão abordados três conceitos essenciais para a compreensão da conjuntura internacional que se pretende analisar: hegemonia, Bloco Histórico, guerras de posição e movimento e contra-hegemonia.

1.1. Entre classes dominantes e Estados Hegemônicos

Influenciado a partir de seus estudos de Vladimir I. Lenin (1870-1924) e Nicolau Maquiavel (1469-1527), Gramsci elaborou sua própria teoria relativa à influência exercida pela classe dominante no Estado e na sociedade civil. Dessa forma, dependendo da abordagem adotada, a interpretação do conceito de hegemonia pode variar e assumir diferentes formas. De acordo com os escritos do primeiro sobre o papel do proletário na Revolução Bolchevique, este deveria consolidar-se como classe dominante e dirigente, impondo seu poder a partir da ditadura do proletariado. Por essa percepção, a hegemonia estaria limitada a uma forma de dominação exercida pelas classes aliadas contra a subordinada.

Contudo, a abordagem anterior, adotada pela Terceira Internacional, apresentava uma abrangência restrita à atuação do proletariado a partir de sua tomada do poder. A partir de uma análise do papel da burguesia, Gramsci superou a limitação que acreditava que a simples tomada do poder por meio de um assalto seria suficiente para suplantar a hegemonia da burguesia nas sociedades Ocidentais. Compreendendo a diferença entre as sociedades Ocidentais e Orientais, Gramsci foi capaz de superar a simplicidade que considerava que as estratégias semelhantes, adotadas pelo proletário de cada uma, resultaria invariavelmente no sucesso revolucionário.

A leitura de Maquiavel influenciou Gramsci em sua percepção do poder a partir da metáfora do centauro. Para Maquiavel, assim como o centauro é uma figura mitológica representada por um ser metade homem e metade cavalo, o poder deveria apresentar uma natureza que mesclasse consenso com coerção, devendo o primeiro ser o principal objetivo de quem detém o poder e o segundo ser um recurso utilizado em situações específicas nas quais se apresenta necessário (COX, 2007). Ao compreender a hegemonia como um exercício de poder, Gramsci amplia sua capacidade de análise, superando a limitação da Terceira Internacional que restringia-se à classe proletária revolucionária para abranger uma maior variedade de relações.

Logo, Gramsci adota o conceito de hegemonia para tratar do binômio consenso-coerção que caracteriza a atuação de uma classe dominante na sociedade civil. O objetivo da classe hegemônica é o de cooptar o imaginário de seus subordinados, fazendo com que estes passem a compartilhar de sua ideologia, construindo um consenso capaz de consolidar sua liderança intelectual e moral. Contudo, a conquista da hegemonia pela classe dominante também exige que ela considere os interesses da classe dominada e reconheça, em

determinados momentos, sua incapacidade de moldá-los de acordo com a sua vontade, sendo obrigada a fazer concessões (GRAMSCI, 1978a). Isso ocorre porque

o recurso às armas e à coerção é pura hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a boa vontade (GRAMSCI, 1978b, p. 33).

Dessa forma, a classe dominante seria capaz de utilizar os aparatos executivos, administrativos e coercitivos do Estado para capturar o imaginário ideológico e cultural da sociedade civil, priorizando a construção de consensos, ainda que mantendo à espreita o instituto da coerção. Conforme explica Robert Cox, “enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, anômalos” (2007, p. 105). Uma vez hegemônica, essa classe dominante passaria a exercer a sua influência na forma como o Estado formula e exerce sua política externa.

A classe dominante transfere para o sistema internacional a forma de organização que exerce a partir do Estado em sua sociedade civil. O seu sucesso em imprimir internacionalmente as relações promovidas internamente variam de acordo com o poder relativo de cada Estado, condicionando alguns países a posicionarem-se de forma subserviente aos interesses de outros. Isso ocorre devido à constituição de uma identidade entre a classe hegemônica de um Estado com a de outro cujas capacidades de construção de consenso e intimidação pela coerção a superam no sistema internacional e não competem diretamente com a manutenção da sua hegemonia interna.

Ocorre, portanto, uma associação das classes hegemônicas de países periféricos à da potência hegemônica, reproduzindo em sua sociedade civil o modelo estabelecido no centro do capitalismo. Em sua leitura de Gramsci, Cox conclui que “a vida econômica nas nações subordinadas é invadida pela vida econômica das nações poderosas, e a ela se entrelaça, processo que se complica ainda mais pela existência de regiões estruturalmente diferentes no interior dos países” (2007, p. 114). Em outras palavras, o alcance da hegemonia das classes hegemônicas dos países centrais consegue atingir os periféricos de modo a moldar a atuação de suas classes hegemônicas de acordo com os seus interesses.

Portanto, é possível considerar a existência de uma hegemonia nas relações internacionais. Como o próprio Gramsci sinaliza em seus escritos no cárcere:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Seguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações *absolutas* e *relativas* no campo internacional, através das suas expressões técnico-militares. Inclusive a posição geográfica de um Estado não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, mesmo reagindo sobre elas numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). Além do mais, as relações internacionais regem positiva e ativamente sobre as relações políticas (de hegemonia dos partidos). Quanto mais a vida econômica de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um partido determinado representa esta situação e explora-a para impedir o predomínio dos partidos adversários (1978b, p. 44).

Ainda que não tenha produzido profundas análises sobre o sistema internacional, Gramsci chega a teorizar sobre a existência de uma potência hegemônica em seus escritos, segundo ele,

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre os outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão (1978b, p. 191).

Desse modo, Gramsci estabelece um arcabouço teórico central para a compreensão do sistema internacional. A partir do aprofundamento de seus escritos surge entre as teorias de Relações Internacionais uma nova corrente que se inicia com um grupo de teóricos neogramscianos e inaugura um novo debate, contrastando com o que Cox chama de “teorias de solução de problemas” da “teoria crítica”. Apresentando uma conclusão próxima à de Horkheimer em sua diferenciação entre teoria tradicional e teoria crítica, Cox afirmou que o primeiro grupo está limitado por uma determinada perspectiva e, por isso, está condicionado a manter o bom funcionamento das instituições e relações sociais e de poder preestabelecidas.

Por outro lado, a teoria crítica, ao buscar compreender de que forma a ordem vigente foi inaugurada, vislumbra sua transitoriedade na história e torna-se capaz de superar as limitações que possa vir a apresentar, ao não limitar sua observação à uma parte, mas sim ao todo (COX, 1981).

Partindo desse princípio para analisar o sistema internacional ao longo dos anos, Cox observa que a hegemonia não foi uma constante na história. Portanto, nem todas as configurações da ordem mundial foram caracterizadas pela existência de uma potência hegemônica, existindo períodos, como o de 1875-1945, em que desafiantes desestabilizaram o equilíbrio de poder e, como consequência, levaram às duas guerras mundiais. Cox conclui seu artigo em 1983, o que faz com que sua análise não se estenda até a atualidade. Contudo, em suas considerações acerca da incerteza instaurada entre o final da década de 1960 e o início da de 1970 a respeito da hegemonia estadunidense, afirmou que os momentos de crise podem desencadear em três conjunturas transformadoras:

a reconstrução da hegemonia com a ampliação de uma gerência política de acordo com as linhas propostas pela Comissão Trilateral; o aumento da fragmentação da economia mundial, que giraria em torno de esferas econômicas centradas em grandes potências; e a possível afirmação de uma contra-hegemonia baseada no Terceiro Mundo, precedida pela exigência de uma Nova Ordem Econômica Internacional (COX, 2007, p. 117).

Permanece a pergunta de se sua análise continua atual ou se deteriorou-se com o passar do tempo, ao observar a situação em que se encontra atualmente o sistema internacional com a ampliação do poder chinês, como será comentado no decorrer do artigo.

Robert Cox faz uma análise dos requisitos necessários para que um Estado conquiste a hegemonia no sistema internacional. O primeiro deles seria o estabelecimento de uma ordem mundial que envolvesse Estados e sociedade civil capaz de interligar as classes sociais dos países envolvidos culminando em um modo de produção global compatível com os interesses de cada membro. Como desencadeamento desse, o segundo requisito diz respeito à internacionalização da hegemonia nacional da potência hegemônica, influenciando, conforme apresentado anteriormente, as sociedades dos Estados menos desenvolvidos e produzindo uma hegemonia mundial. Por fim, os países periféricos passam a mimetizar o modelo econômico e

cultural do centro, ainda que sejam incapazes de fazer o mesmo com o político (COX, 2007), ocorre o que Gramsci chama de “revolução passiva”¹.

Dessa forma, é possível definir a hegemonia mundial como:

uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas estruturas: tem de ser todas as três ao mesmo tempo. Além disso, a hegemonia mundial se expressa em normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais - regras que apoiam o modo de produção dominante (COX, 2007, p. 118).

Portanto, as regras e as instituições internacionais possuem uma função central no estabelecimento e na manutenção da ordem hegemônica, agindo, não só como propagadoras dos modelos econômico e social dominantes, mas também como forma de absorver os pleitos dos Estados dominados, incorporando-os de modo a suavizar o impacto decorrente deles. Assim, as instituições cooptam os intelectuais provenientes de Estados dominados, com ideias potencialmente contra-hegemônicas e a convertem em compatíveis com a hegemonia mundial, evitando o recurso ao uso da coerção, ao adequar-se para construir um consenso. (COX, 1981).

Ainda que subscrita no campo do pensamento realista das Relações Internacionais, a teoria da estabilidade hegemônica de Robert Gilpin serve como auxílio para compreender as razões que levam Estados poderosos a aceitarem a liderança da potência hegemônica. Ainda que ignore o papel das forças sociais no estabelecimento da ordem hegemônica, Gilpin foca na capacidade política e ideológica necessárias para que a potência hegemônica consiga consolidar a ordem econômica liberal fundada na hegemonia mundial, na ideologia liberal e nos interesses comuns entre os estados poderosos (GILPIN, 2002).

Para Gilpin, os Estados poderosos “aceitam a regra proposta pela potência hegemônica em razão de seu prestígio e *status* no sistema político internacional”. Entretanto, acrescenta

¹ “São sociedades que não passaram por revoluções sociais completas, capazes de desenvolver economia e relações sociais próprias, e por isso, tiveram que importar a ordem social, política e econômica estabelecida por sociedades externas. Dessa forma, os intelectuais da classe dominante de um país periférico orientam-se pelos ideais traçados pelos intelectuais da classe dominante do país central, ao invés de tentar romper com a barreira do subdesenvolvimento, aproveitam-se desta condição para obter vantagens econômicas e poder” (VIEIRA, 2015a).

que a deterioração do sistema hegemônico poderá decorrer da percepção desses Estados de que “as ações da potência hegemônica [são] tomadas exclusivamente em seu proveito, e contrárias aos seus próprios interesses políticos e econômicos”, assim como “caso os cidadãos da potência hegemônica acreditarem que os outros Estados estão fraudando as regras do jogo, ou se os custos da liderança excederem as vantagens percebidas” (GILPIN, 2002, p. 93). Essa percepção será especialmente importante para a análise do caso estadunidense a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001.

1.2. O Bloco Histórico, a guerra de posição e a iniciativa contra-hegemônica

Retomando a análise do estabelecimento de uma ordem hegemônica em nível nacional, é possível extrair dos escritos de Gramsci a ideia de que com a articulação do poder ideológico, cultural e político pela classe dominante, torna-se possível suprimir a concepção de mundo (a qual combina o “ser” e o “dever ser”) da classe dominada, configurando uma separação entre teoria e prática, assim como Horkheimer (1975) denunciou ser feito pelas teorias tradicionais.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, inclusive, que a sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. [A ingerência da concepção “verbal” sobre a conduta moral] (...) pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política (GRAMSCI, 1978a, p. 20).

Para Gramsci, urge o estabelecimento de um pensamento crítico fundado na prática da ação política, qual seja o marxismo². Esse pensamento surgiria a partir de “uma atitude

² Gramsci nomeia o marxismo de “filosofia da *praxis*” na tentativa de confundir o censor do cárcere e evitar que seus escritos fossem confiscados.

polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente” (1978a, p. 18). Somente um contato direto entre os intelectuais orgânicos³ e a sociedade seria capaz de produzir uma consciência crítica formulada a partir do choque entre duas concepções de mundo distintas. Dessa forma,

a posição da filosofia da *praxis* não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter a unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1978a, p. 20).

Esse bloco intelectual-moral, nomeado por Gramsci de Bloco Histórico, oriundo da articulação entre as classes subalternas e os intelectuais orgânicos proporciona a superação da condição de exploração derivada da relação entre o operário e seu patrão e a construção de uma nova concepção de mundo correspondente a essa nova consciência. Logo, o Bloco Histórico possibilita a comunhão entre a atividade prática e a teoria, propondo uma reformulação da estrutura, responsável pelas relações sociais entre os indivíduos, e da superestrutura, a qual define a ideologia e a cultura que permeiam a sociedade, consolidando a hegemonia da classe dominante (GRAMSCI, 1978b).

Gramsci sinaliza que a própria constituição de um Bloco Histórico é consequência de uma falha na capacidade da classe hegemônica de transmitir sua ideologia para as classes subalternas, predizendo o seu declínio. A partir da organização das classes dominadas e da construção de uma concepção de mundo própria, estas passam a reivindicar mudanças na condução do Estado pela classe hegemônica, culminando em um embate ideológico cujo fim é o de atrair as classes marginais para o campo contra-hegemônico. A disputa nesse caso, diferente de um simples assalto ao Estado com o objetivo de retirar a classe dominante do poder, visa conquistar o apoio da sociedade civil.

³ Cabe ressaltar a diferenciação feita por Gramsci entre os intelectuais tradicionais e os orgânicos. Enquanto o primeiro grupo privilegia a formação acadêmica e a classe social, o segundo deve estar intrinsecamente associado à classe dominada de forma a resolver seus problemas e a orientá-la a superar sua condição subordinada (GRAMSCI, 1978a).

A razão que leva Gramsci a afirmar que uma estratégia de tomada do Estado, suficiente na Rússia para o sucesso da Revolução, não seria bem sucedida no Ocidente está diretamente ligada à conexão existente entre o Estado e a sociedade civil. Por isso, uma “guerra de movimento”, de curto prazo, não seria suficiente para suprimir a hegemonia burguesa, sendo necessária o que ele chama de “guerra de posição”, onde o Bloco Histórico apresentaria lentamente a sua alternativa à hegemonia vigente, até que a sociedade civil deixasse de perceber a concepção de mundo burguesa como a única possível (GRAMSCI, 1978b).

Transportando a teoria gramsciana para o sistema internacional, a estratégia da “guerra de posição” torna-se ainda mais justificável no esforço de mudar a ordem mundial, ainda que Cox mantenha o âmbito nacional como único lugar no qual a construção de um Bloco Histórico é possível (COX, 2007). Ele acredita que o fato da superestrutura das instituições internacionais estar fundada na ideologia da potência hegemônica constitui um impedimento para a sua transformação a partir de uma “guerra de posição” contra-hegemônica. Contudo, ao observar a atuação dos países membros do Movimento dos Não-Alinhados durante a Guerra Fria e a atual estratégia de revisionismo brando das potências emergentes torna-se evidente a possibilidade de alterar a ordem internacional de modo a acomodar as alterações na balança de poder.

2. HEGEMONIA EM DECLÍNIO?

A data de 11 de setembro de 2001 marcou não só o imaginário da população estadunidense que presenciou os ataques a alguns dos principais símbolos do poder de seu país, mas também o de toda a civilização Ocidental. Logo surgiria uma organização responsável pelas iniciativas, a Al-Qaeda e um líder a ser perseguido, Osama Bin Laden. E, dessa forma, o sequestro dos quatro aviões de passageiros e o redirecionamento de suas rotas com o objetivo de colidir com os dois edifícios do World Trade Center, com o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e com o Capitólio⁴, mudaria definitivamente a política externa estadunidense.

Com o advento desses acontecimentos, o governo George W. Bush (2001-2009) mudou sua política introspectiva para atuar mais enfaticamente fora de suas fronteiras sob o pretexto de defender sua segurança nacional. Logo os ataques receberiam o rótulo de

⁴ O último voo destinado à Casa Branca teve o controle recuperado pelos passageiros e a colisão impedida.

terrorismo, termo que, apesar de remeter a um número incontável de diferentes definições possíveis (CORLETT, 2003; JENKINS, 2003; WHITTAKER, 2004), sempre foi atribuído por um grupo dominante para condenar atos violentos praticados por grupos contrários à ordem estabelecida, e justificariam a adoção de uma abordagem externa mais militarista e, portanto, mais coerciva.

A "Guerra Global Contra o Terror", anunciada pelo governo Bush, buscaria seus fundamentos em uma iniciativa do governo George H. W. Bush (1989-1993) nomeada "Projeto para o Novo Século Americano", focada na adoção de uma estratégia militar unilateral capaz de provar a superioridade bélica estadunidense e perpetuar sua hegemonia. Esse projeto remete ao final da Guerra Fria quando um grupo liderado por Dick Cheney pretendia evitar a redução dos investimentos do governo no setor militar com a justificativa de que o país deveria mantê-los com o objetivo de inibir o surgimento de novos inimigos (ARMSTRONG, 2002).

Agora, como vice-presidente, e às sombras dos ataques de 11 de setembro de 2001, Cheney conseguiu reverter a tendência pacífica do início do mandato Bush para a concepção de um novo grupo de inimigos contra os quais os Estados Unidos deviam se defender. No discurso *State of the Union* de 2002, o presidente definiu um "Eixo do Mal", composto por Iraque, Irã, Coreia do Norte e "seus aliados terroristas", contra os quais deveria-se prevenir antes que novos perigos surgissem (BUSH, 2002). Observa-se uma "mudança do governo Bush para o unilateralismo, [para] a coerção, em vez do consentimento, para uma visão imperial bem mais declarada e para o recurso ao seu poder militar irresistível indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio norte-americano" (HARVEY, 2012, p. 68).

A recusa do Conselho de Segurança das Nações Unidas em aprovar uma inserção militar no Iraque e a subsequente invasão estadunidense à revelia do posicionamento do órgão comprovam a tese de Harvey sobre um abandono da estratégia de construção de um consenso para a adoção da coerção. A instituição que tinha como objetivo a manutenção e propagação da hegemonia, demonstrou que os outros atores à mesa não estavam convencidos da ideologia dominante e ao invés de ceder em um primeiro momento para absorver a crítica e preparar uma nova abordagem, optou-se por desacreditá-la.

As falhas da "Guerra ao Terror" logo ficariam evidentes, não só pela opção da coerção sobre o consenso, mas por um erro que, originalmente semântico, acabaria provando-se político. Semanticamente, as guerras são travadas entre Estados quando ambos declaram interesse no conflito direto, porém, no caso observado, a incursão estadunidense no Afeganistão e no Iraque além de unilateral, tinha como objetivo a perseguição de um grupo.

Politicamente, a mobilidade que o agrupamento permite difere da fixidade das fronteiras territoriais de um Estado, dificultando o combate, o que fez com que o conflito se arrastasse por um tempo indeterminado sem a obtenção de resultados satisfatórios.

Bush seria reeleito em 2005, entretanto, as eleições para o legislativo em novembro de 2006 imporiam uma derrota aos republicanos com reflexo direto no Departamento de Defesa. A substituição de Donald Rumsfeld, para quem os Estados Unidos iriam “usar todos os meios à sua disposição para derrotar [o inimigo] e que [estariam] preparados para fazer todos os sacrifícios necessários para alcançar a vitória” (RUMSFELD, 2002 - tradução nossa), por Condoleezza Rice sinalizava a intenção de alterar a forma como o país desempenhava sua política externa, substituindo o unilateralismo por um multilateralismo capaz de recuperar alianças abaladas nos anos anteriores. Para isso foram traçadas quatro planos de ação:

a minimização da retórica preventiva, a recuperação das relações com as grandes potências regionais, clássicas como China, Rússia, Japão, Alemanha e França, e as emergentes, Brasil, Índia e África do Sul, a reafirmação da importância das organizações internacionais governamentais e a introdução do conceito de diplomacia transformacional (PECEQUILO, 2008, p. 134).

Para custear os gastos derivados da "Guerra ao Terror", os Estados Unidos ampliariam de forma significativa a sua dívida externa, não só tornando-se o maior devedor do mundo, como também ampliando a diversidade entre seus credores, dentre os quais o mais expressivo foi a China. O fluxo de capital chinês para o país se tornaria cada vez maior, transformando os Estados Unidos no maior mercado consumidor de produtos chineses, assim como o maior destino para suas reservas internacionais.

A crise do *subprime* de 2008 representaria um ponto crucial para os dois países, de um lado, os Estados Unidos precisavam de crédito para recuperar-se, do outro a China poderia desfazer-se dos títulos que possuía, protegendo-se de riscos futuros, ou ampliar seus títulos da dívida estadunidense, ajudando na recuperação da economia debilitada e ampliando a sua vulnerabilidade à novas oscilações econômicas. A opção pela segunda alternativa, combinada com a incapacidade do Ocidente de se recuperar minariam seu “prestígio” perante sectores do PCC, que passaram a reivindicar uma reformulação da política externa para que os interesses nacionais passassem a ser uma prioridade (HO-FUNG, 2011).

Se por um lado a percepção que os países membros tinham das Nações Unidas foi afetada pela iniciativa unilateral dos Estados Unidos e pela subsequente recusa em uma

reformulação na sua estrutura decisória capaz de refletir as mudanças na balança de poder mundial, por outro Washington encontrou na coerção a única forma de seguir com seu projeto hegemônico. Desse modo, é possível questionar a capacidade da principal instituição política da ordem internacional de exercer a sua função em um sistema hegemônico de propagar a ideologia dominante. Somado a isso, a mudança na orientação chinesa de uma política introspectiva para uma atuação mais participativa internacionalmente com defesa dos interesses nacionais demonstra uma percepção por parte do país asiático de ampliação no seu poder, como será abordado a seguir.

3. O IMPÉRIO DO MEIO SENTA-SE À MESA

Conforme apresentado anteriormente, Cox observou momentos do sistema internacional caracterizados pela ausência de uma hegemonia definida. Segundo a teoria do sistema mundo (ARRIGHI, 1996, 2007; BRAUDEL, 2009; WALLERSTEIN, 2011), a história do sistema internacional é composta de ciclos hegemônicas que retratam a ascensão e queda de potências hegemônicas. Os períodos caracterizados pelo declínio da antiga potência e pelo surgimento de uma nova seriam marcados pelo caos sistêmico e culminariam em guerras capazes de englobar a maioria dos países contidos no espectro de influência de um de seus atores.

No entanto, a estratégia chinesa parece ser a de evitar uma repetição do padrão histórico de conflitos em processos de sucessão hegemônica. Nesse sentido, entre 2003 e 2006, o governo chinês promoveu uma série de conferências entre acadêmicos com o intuito de estudar os ciclos hegemônicos e cujos debates viriam a compor uma série para a televisão com o título de “A Ascensão das Grandes Potências”. A iniciativa pretendia compreender os ciclos hegemônicos, “os meios dessa ascensão [das grandes potências], as causas de suas guerras frequentes; e se, e como, uma grande potência moderna podia crescer sem recorrer ao conflito militar com os atores dominantes do sistema internacional” (KISSINGER, 2011, p. 478).

Logo Hu Jintao faria um discurso, em setembro de 2005, na Assembleia Geral das Nações Unidas proclamando sua política externa de "Ascensão Pacífica" cujo objetivo primordial é a consolidação de um "Mundo Harmônico", reafirmando o intuito chinês de não confrontar a ordem vigente. A preocupação com a transmissão de sua intenção era tão grande que a expressão passaria por uma remodelação, passando a assumir o nome de

"Desenvolvimento Pacífico" somente com o objetivo de eliminar possíveis interpretações hostis da palavra "ascensão" (KISSINGER, 2011).

Ainda que a estratégia principal de inserção internacional chinesa seja a de evitar uma confrontação direta com os Estados Unidos, com o passar do tempo foi possível observar uma escalada nos assuntos que o país interpretava como interesses nacionais. Ainda no que diz respeito à incursão estadunidense no Oriente Médio, a presença de tropas no seu entorno regional representavam um desconforto para os líderes chineses, devido aos investimentos feitos no Afeganistão para a extração de recursos minerais e à dependência do petróleo importado do Iraque. Com a incapacidade de opor-se a política externa da Casa Branca, a China optou pela estratégia de buscar vantagens a partir dela.

Além de financiar a dívida estadunidense, Beijing aproveitou a ampliação do conceito de terrorismo feita pela administração Rumsfeld para estender o rótulo aos grupos separatistas em seu território, em especial aos de origem uigure, de Xinjiang, justificando, a partir de então, o uso da força para combatê-los. Assim como nos Estados Unidos o combate ao terrorismo justificou uma escalada nos gastos militares, na China o crescimento dos investimentos na área acompanhou o crescimento econômico do país, que rapidamente se tornou aquele com a segunda maior inversão no setor.

O início das articulações chinesas para a estabilização, prevenção de conflitos e definição de fronteiras na região remonta ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quando o país participou de rodadas de negociação do Grupo de Shanghai, precursor da Organização para Cooperação de Shanghai (OCS). Fundada por Cazaquistão, China, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão⁵ em 15 de agosto de 2001, a OCS possui como objetivos centrais a contenção de movimentos separatistas e a promoção de cooperação econômica entre os membros. Por um lado, a organização se apresentava como um organismo internacional de segurança, por outro, como um instrumento para o acesso chinês aos recursos energéticos asiáticos.

Devido à sua vocação para tratar de assuntos de segurança e por apresentar um contraponto ao intervencionismo estadunidense, a OCS adquiriu uma reputação de alternativa à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Contudo vale a pergunta de se esses posicionamentos contrários são de fato para estabelecer uma política contra-hegemônica ou se simplesmente reflete os interesses nacionais chineses. Para responder a essa pergunta serão

⁵ São observadores da OCS: Afeganistão, Índia, Irã, Mongólia e Paquistão, além de possuir como parceiros para diálogo os países: Bielorrússia, Turquia e Sri Lanka.

analisados dois episódios em que a OCS posicionou-se de forma contrária a intervenções por parte da OTAN: a questão do enriquecimento do urânio no Irã e a do uso de armas químicas contra rebeldes na Síria⁶.

O Irã já havia sido considerado um membro do "Eixo do Mal" pelo governo Bush, que afirmou que o "Irã agressivamente persegue essas armas [de destruição em massa] e exporta terror, enquanto uns poucos não eleitos reprimem a esperança por liberdade do povo iraniano" (BUSH, 2002 - tradução nossa). O Irã é um país membro da OPEP, com uma expressiva produção de petróleo e com um governo xiita, oposto aos aliados sunitas dos Estados Unidos na Arábia Saudita. As sanções do Conselho de Segurança da ONU contra o país em função de seu programa de enriquecimento de urânio impactaram diretamente em seu comércio, forçando o país a vender seu petróleo a um preço mais barato. Aliada do país na OCS, na qual Teerã consta como observador, a China aproveitaria a oportunidade para ampliar o comércio bilateral com base em moedas locais, não só ampliando suas fontes de petróleo, mas também impulsionando a internacionalização do renminbi.

No caso sírio, o país possui um histórico pacífico, tendo sido um dos países mais estáveis da região até a escalada dos confrontos entre os rebeldes sunitas e o governo alaúita. Do ponto de vista estratégico, o país possui uma significativa reserva de gás natural e mantém relações comerciais históricas com a Rússia, razões que seriam suficientes para justificar um interesse por parte dos Estados Unidos. Pelo lado da China, a questão remete à manutenção da estabilidade na região, de modo que um golpe de Estado poderia culminar em um período de instabilidade, já observado no Iraque, no Líbano e no Egito, que fortaleceria o grupo radical do Estado Islâmico e poderia provocar um efeito dominó desestabilizador de toda a região, estimulando movimentos separatistas.

Dessa forma, a aliança entre Rússia e China na OCS com o objetivo de manter da estabilidade na Ásia Central e afastar uma possível intervenção desestabilizadora dos Estados Unidos na região sinaliza o surgimento de um polo crítico à hegemonia estadunidense. Porém, esse posicionamento crítico não ficaria limitado à OCS. Apresentado pela primeira vez em um relatório de 2001 do Goldman Sachs de autoria do economista Jim O'Neil (2001), o anacrônico BRIC viria a consolidar, em 2009, um agrupamento de economias emergentes cujo poder econômico seria capaz de rivalizar com o estadunidense.

⁶ Ainda que o conflito ideológico islâmico possa explicar minuciosamente as razões que levaram ao interesse estadunidense nos dois países, por razões de escopo, este artigo tentará simplificar as questões necessárias para a compreensão das razões do posicionamento chinês.

Após o ingresso da África do Sul, o grupo que já contava com Brasil, Rússia, Índia e China passou a adotar no nome de BRICS e a pleitear reformas nas instituições de governança internacional, em especial a ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, novamente as instituições elaboradas para a ordem hegemônica estadunidense demonstraram-se incapazes de absorver as críticas e adequar-se às alterações na balança de poder internacional. A negação por parte do bloco dominante em reformar sua ordem a fim de comportar novos membros, a partir do que Gramsci definiu como a cooptação de intelectuais com ideias potencialmente contra-hegemônicas pela classe dominante, acarretaria em uma série de iniciativas com o objetivo de fornecer alternativas às instituições hegemônicas, constituindo o que poderia ser considerado, por analogia, um Bloco Histórico Internacional.

Desse modo, é possível destacar três iniciativas chinesas que juntas constituem uma nova arquitetura financeira internacional: o Fundo Rota da Seda, o Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura (AIIB) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NDB). Com o objetivo de financiar diferentes projetos de infraestrutura em países em desenvolvimento, todas possuem em comum o protagonismo chinês em seu financiamento. O Fundo Rota da Seda tem como objetivo financiar o projeto chinês "Um cinturão uma rota", composto pela "Nova Rota da Seda", a qual pretende ligar a China à Alemanha por meio de uma linha férrea que passe pelo centro e oeste asiáticos, e pela "Rota da Seda Marítima do Século XXI", um caminho marítimo que conecte portos da China, sudeste asiático, África e Europa. A estratégia serviria não só como facilitador do escoamento da produção chinesa pela Ásia e Europa, como também como difusora de ideias, assim como foi a Rota da Seda original⁷, facilitando a construção de consensos por Beijing (VIEIRA, 2015a).

O AIIB, proposto com o objetivo de financiar obras de infraestrutura capazes de integrar a Ásia, observaria uma expressiva reação estadunidense à sua consolidação, ao recomendar aos seus aliados que se recusassem a aderir ao banco devido ao fato dele não apresentar regras claras de transparência e governança. A despeito da declaração contrária dos Estados Unidos, 57 países sinalizaram com a intenção de constarem entre seus membros fundadores, dentre os quais pode-se destacar Reino Unido, França, Alemanha, Austrália e Coreia do Sul, tradicionais aliados de Washington. Ainda que a Casa Branca viesse a mudar o

⁷ A "Rota da Seda" foi uma rota de comércio que ligava o Império Chinês à Europa, transportando a seda, tendo seu auge na dinastia Tang, entre 618 e 917 d.C. A rota foi fundamental para a difusão de ideias, tendo levado as culturas budista e islâmica para a China.

seu posicionamento sobre o banco posteriormente, ficou evidente a insatisfação com a criação de uma instituição que surge como uma alternativa clara ao Banco Mundial, ao FMI e ao Banco Asiático de Desenvolvimento, capitaneado pelo Japão (VIEIRA, 2015b).

A última das instituições, o NDB tem como objetivo "mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento" (BRICS, 2014). Esse banco completa a estrutura financeira capaz de fazer frente àquela cuja criação remonta ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao início da hegemonia estadunidense.

Contudo, ainda que a China e outros países emergentes pretendam reformar a ordem internacional com o objetivo de refletir o aumento do seu poder relativo no sistema internacional, isso não significa que haja uma pretensão revolucionária por parte desses países. O que se observa é a busca pela construção de uma ordem multilateral, que combine a ausência de uma hegemonia definida com a coexistência pacífica entre os centros de poder.

CONCLUSÃO

Barry Gills fez uma excelente avaliação sobre a possibilidade do Japão tornar-se uma potência hegemônica, publicada originalmente em 1993, a qual pode ser perfeitamente parafraseada para a China:

É provável que o Estado japonês [chinês] continue a cultivar o papel de participante "cooperativo" e ostensivamente benigno no interior da coalizão hegemônica das três zonas centrais. Entretanto, procurará aumentar constantemente seu poder estrutural, assim como o poder estrutural do seu capital nas principais instituições do capitalismo global. Agir de outra maneira, ou, especificamente, tentar obter uma transição óbvia do centro hegemônico dos Estados Unidos para o Japão [a China] seria, quase com certeza, contraproducente, tanto no plano econômico quanto no plano político (GILLS, 2007, p. 278 - grifos nossos).

A constatação de que a China não persegue um papel hegemônico e a percepção de que ela obtém vantagens da ordem internacional vigente não significa que ela esteja satisfeita com o modelo estabelecido desde o final da Segunda Guerra Mundial, nem que concorde com todas as normas e instituições estabelecidos. A hegemonia estadunidense está em declínio, sua incapacidade de influenciar unilateralmente os atores do sistema internacional a agirem de

acordo com os seus interesses evidencia que seus instrumentos de construção de consenso já não são mais eficientes como no passado.

Por outro lado, o crescimento econômico chinês possibilitou ao país ampliar o enfoque dado à sua política externa, com objetivo de obter matéria prima, novos mercados consumidores para seus produtos e consolidar a estabilidade regional, de forma a assegurar a sua unidade territorial. Com esses objetivos traçados, posicionou-se contrária às propostas de incursão de tropas estadunidenses no Irã e na Síria, usando a OCS como instrumento de fortalecimento de sua posição, ao aliar-se com outros países da região para defender seus interesses nacionais.

Ao contrário de uma tentativa de desconstruir as instituições já existentes para estabelecer novas que reflitam um novo período no qual se tornaria o centro hegemônico, a China buscou em conjunto com outras potências emergentes, pleitear reformas nas já existentes buscando um reconhecimento legítimo da ampliação do seu poder no sistema internacional. Após ser frustrada nessa empreitada, sua estratégia foi a de propor uma nova arquitetura financeira internacional, opção às antigas instituições de crédito, ampliando a variedade de fontes de investimento e apresentando uma alternativa às exigências liberalizantes associadas aos empréstimos concedidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. As três hegemonias do capitalismo histórico. In: GILL, S. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 227-273.

ARMSTRONG, D. Dick Cheney's song of America: Drafting a plan for global dominance. *Harper's Magazine*, p. 76-83, out 2002. Disponível em: <<http://archive.harpers.org/2002/10/pdf/HarpersMagazine-2002-10-0079354.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJXATU3VRJAAA66RA&Expires=1417619265&Signature=jW%2Fzr0laTcuUWbUm5evaFFWeSzc%3D>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. 3 v.

BRICS. *Declaração e Plano de Ação de Fortaleza (2014)*. Fortaleza: VI Cúpula do BRICS, 15 jul. 2014. Disponível em: <http://brics6.itamaraty.gov.br/pt_br/categoria-portugues/20-documentos/224-vi-cupula-declaracao-e-plano-de-acao-de-fortaleza>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BUSH, G. W. *2002 State of the Union Address*. 2002. Discurso. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

CORLETT, J. A. *Terrorism: a philosophical analysis*. Dodrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2003.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millenium - Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, 1981. p. 126-155.

_____. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 101-124.

FUKUYAMA, F. *The end of history and the last man*. New York: The Free Press, 1992.

GILL, S. *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

GILLS, B. A transição hegemônica na Ásia Oriental: uma perspectiva histórica. In: GILL, S. (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. p. 275-308.

GILPIN, R. A dinâmica da economia política internacional. In: _____. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB, 2001, p. 85-138.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: CIVITA, V. (ed). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. v. 48, p. 125-162.

HO-FUNG, H. O braço direito dos Estados Unidos? O dilema da República Popular da China na crise global. *Novos Estudos*, v. 89, mar., p. 17-37, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n89/02.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2014.

JENKINS, B. M. International terrorism. In: Kegley Jr., C. W. (ed.) *The new global terrorism: characteristics, causes and controls*. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2003.

KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

O'NEIL, J. Building Better Global Economic BRIC. *Global Economics Paper*. New York, n. 66, 30 nov. 2001. 16 p. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

PECEQUILO, C. Os EUA e o reordenamento do poder mundial: renovação, permanência ou resistência? In: SEMINÁRIO SOBRE ESTADOS UNIDOS, 1. 2008, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2008. p. 135-151.

VIEIRA, V. C. C. *Ascensão contra-hegemônica do Sul: Brasil e China, parceria e desafio no início do século XXI*. 2015a. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2015

_____. O simbolismo da constituição do AIIB para o sistema internacional. *Diálogos Internacionais*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2015b. Disponível em: <<http://www.dialogosinternacionais.com.br/2015/06/o-simbolismo-da-constituicao-do-aiib.html>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

WALLERSTEIN, I. M. *The Modern World System*. Berkley/Londres/Los Angeles: University os California Press, 2011. 4 v.

WHITTAKER, D. J. *Terrorists and terrorism in the contemporary world*. London/New York: Routledge, 2004.

ZAKARIA, F. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.